A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem.

CAPÍTULO 5

o aparelho formal da enunciação *

Todas as nossas descrições lingüísticas consagram um lugar freqüentemente importante ao "emprego das formas". O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis. Estas regras de emprego são articuladas a regras de formação indicadas antecipadamente, de maneira a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (acordo, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e dos verbos, lugar e ordem, etc.). Como as escolhas estão limitadas de uma parte e de outra, parece que se obtém assim um inventário que poderia ser, teoricamente, exaustivo, dos empregos como das formas, e em conseqüência uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego.

Gostaríamos, contudo, de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes, e pode ser útil insistir nesta diferença, a qual implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar.

O emprego das formas, parte necessária de toda descrição,

* *Langages*, Paris, Didier-Larousse, 5.º ano, n.º 17 (março de 1970), p. 12-18.

tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos lingüísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas lingüísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a "fala"? — É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam esta relação.

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

O mais imediatamente perceptível e o mais direto — embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação — é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração — são outras tantas ramificações da fonética — procedem sempre de atos individuais, que o lingüista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida.

O mecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão — muito difícil e pouco estudada ainda — é ver como o "sentido" se forma em "palavras", em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância [1]. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram. A "gramática transformacional" visa a codificá-las e a formalizá-las para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito.

Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [*francês*] usual e da língua da conversação.

Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em

1. Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969 (cf. acima, p. 43-66).

uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

Esta descrição um pouco abstrata se aplica a um fenômeno lingüístico familiar no uso, mas cuja análise teórica está apenas começando. É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.

Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos índices de *ostensão* (tipo *este, aqui,*

etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo.

As formas denominadas tradicionalmente "pronomes pessoais", "demonstrativos", aparecem agora como uma classe de "indivíduos lingüísticos", de formas que enviam sempre e somente a "indivíduos", quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes "indivíduos lingüísticos" se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação, de que são produzidos por este acontecimento individual e, se se pode dizer, "semel-natif". Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro — freqüentemente vasto e complexo — das formas temporais, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. Os "tempos" verbais cuja forma axial, o "presente", coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário [2].

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua *necessidade*, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade

2. Os detalhes dos fatos de língua que apresentamos aqui de um modo sintético, estão expostos em muitos capítulos de nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir sobre eles.

que denominamos "tempo"; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de "indivíduos" que a enunciação cria e em relação ao "aqui-agora" do locutor. Por exemplo: o "eu", o "aquele", o "amanhã" da descrição gramatical não são senão os "nomes" metalingüísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação.

Além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma "resposta", por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, seqüência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação.

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente talvez, mas também certo, é o fato de a *asserção* pertencer a este mesmo repertório. Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação, ela tem sua forma própria, que

é *não*. Mas a partícula assertiva *não*, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula *sim*, com a qual ela reparte o estatuto, nas formas que dizem respeito à enunciação.

De modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se aqui todos os tipos de modalidades formais, uns pertencentes aos verbos, como os "modos" (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros à fraseologia ("talvez", "sem dúvida", "provavelmente") e indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, recusa de asserção.

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas "figuras" igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.

Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação, ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.

Na disputa verbal praticada por diferentes povos e da qual uma variedade típica é o *hain-teny* dos Merinas, não se trata na verdade nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica. Não há uma única referência explícita ao objeto do debate. Aquele, dos dois participantes, que dispõe do maior estoque de provérbios, ou que os emprega de modo mais hábil, mais malicioso, menos previsível deixa o outro sem saber o que responder e é proclamado vencedor. Este jogo não tem senão a aparência de um diálogo.

Inversamente, o "monólogo" procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O "monólogo" é um diálogo interiorizado, formulado em "linguagem interior", entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a

falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma lingüística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre uma forma "pessoal". Ora o eu ouvinte substitui o eu locutor e se enuncia então como "primeira pessoa"; é assim em francês [*português*] onde o "monólogo" será cortado por observações ou injunções tais como: "Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire que. . ." [*"Não, eu sou um idiota, esqueci de te dizer que. . ."*]. Ora o eu ouvinte interpela na "segunda pessoa" o eu locutor: "Non, tu n'aurais pas dû lui dire que. . ." [*"Não, tu (você) não deverias (ria) lhe ter dito que. . ."*]. Haveria aí uma interessante tipologia dessas relações para estabelecer; em algumas línguas ver-se-ia predominar o eu ouvinte como substituto do locutor e se colocando por sua vez como *eu* (francês, inglês), ou em outras, pondo-se como parceiro de diálogo e empregando *tu* (alemão, russo). Esta transposição do diálogo em "monólogo" onde EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis, presta-se a figurações ou a transposições psicodramáticas: conflitos do *"eu* [*moi*] profundo" e da "consciência", desdobramentos provocados pela "inspiração", etc. Esta possibilidade é facultada pelo aparelho lingüístico da enunciação, sui-reflexivo, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (*eu/me/mim* [*Je/me/moi*]) [3].

Estas situações exigiriam uma dupla descrição, da forma lingüística e da condição figurativa. Contenta-se muito facilmente com invocar a freqüência e a utilidade práticas da comunicação entre os indivíduos, para que se admita a situação de diálogo como resultando de uma necessidade, abstendo-se assim de analisar as múltiplas variedades. Uma delas se apresenta em uma condição social das mais banais em aparência, mas das menos conhecidas, de fato. B. Malinowski indicou-a sob o nome de *comunhão fática*, qualificando-a assim como fenômeno psicossocial com função lingüística. Ele a configurou partindo do papel que a linguagem aí desempenha. É um processo em que o discurso, sob a forma de um diálogo,

3. Ver um artigo do BSL 60 (1965), fasc. I, p. 71 e ss.

estabelece uma colaboração entre os indivíduos. Vale a pena citar algumas passagens desta análise [4]:

> O caso da linguagem usada no livre e fortuito intercurso social merece especial atenção. Quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo — é claro que, nestes casos, estamos diante de um outro modo de usar a linguagem, com um outro tipo de função do discurso. Aqui, a língua não depende do que acontece no momento; parece estar até privada de qualquer contexto de situação. O sentido de cada enunciado não pode estar ligado ao comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção do que estão fazendo.
>
> Uma simples frase de cortesia, tão usada entre as tribos selvagens como nos salões europeus, cumpre uma função para a qual o sentido de suas palavras é quase completamente indiferente. As perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio — tudo são frases trocadas não com a finalidade de informar, nem para coordenar as pessoas em ação e certamente que não para expressar qualquer pensamento. . .
>
> Não há dúvida de que temos aqui um novo tipo de uso lingüístico — que estou tentado a chamar *comunhão fática*, instigado pelo demônio da invenção terminológica — um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras. . . As palavras, na comunhão fática, são usadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação que é, simbolicamente, a delas? Certamente que não. Elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo, mas não são o resultado de reflexão intelectual nem despertam, necessariamente, qualquer espécie de reflexão no ouvinte. Mais uma vez podemos dizer que a linguagem não funciona, neste caso, como um meio de transmissão do pensamento.

4. Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski publicado em Ogden e Richards, *The meaning of meaning*, 1923, p. 313 e s.

Mas podemos considerá-la um modo de ação? E em que relação se situa com a nossa concepção decisiva de contexto de situação? É óbvio que a situação exterior não participa diretamente na técnica da fala. Mas o que é que pode ser considerado *situação* quando um certo número de pessoas tagarelam juntas sem finalidade? Consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas. Mas esta é obtida, de fato, pela fala e a situação, em todos esses casos, é criada pela troca de palavras, pelos sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vai e vem dos propósitos que constituem o tagarelar comum. A situação, em seu todo, consiste no que acontece lingüisticamente. Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação.

Estamos aqui no limite do "diálogo". Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores. A análise formal desta forma de troca lingüística está por fazer[5].

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, da "oralidade". Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

5. Não há sobre ela senão algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, *Speech, its function and development*, 1927, p. 244 n.; R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, trad. N. Ruwet, 1963, p. 217.

III

ESTRUTURAS E ANÁLISES

Tradução: Rosa Attié Figueira